

Conexão Brasil–Moçambique: dois jovens pesquisadores das sexualidades africanas em diálogo

Nelson André Mugabe
Francisco Miguel³⁶

O presente capítulo consiste em entrevistas que realizamos entre nós, à distância, a respeito de nossas trajetórias pessoais e acadêmicas, nossos dados de campo e nossas percepções sobre a disciplina antropológica. Além de compartilharmos dilemas geracionais de nossos tempos³⁷, compartilhamos também o interesse pela mesma temática de pesquisa e muitas vezes os mesmos interlocutores. Atendendo à proposta do livro, Nelson e Francisco, jovens doutores que somos, o primeiro moçambicano e o segundo brasileiro, buscaremos aqui refletir “os diálogos que as trajetórias de pesquisa nos proporcionaram, desde as conexões com nossos/as interlocutores/as de pesquisa, das amizades que construímos, até os diálogos acadêmicos e/ou políticos que construímos em meio às sociedades ou grupos aos quais nos dedicamos a compreender”, conforme as organizadoras dessa coletânea sugeriram na chamada-convite para a publicação. Com base nessa proposta, fizemos perguntas um ao outro, que aqui compartilhamos em formato de diálogo. Nesse sentido, esperamos, com a publicação desta conversa, não apenas fazer um certo registro histórico do momento em que vivemos, mas também colaborar na divulgação de algumas pesquisas

36 Francisco Paolo Vieira Miguel é beneficiário do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processos nº 2020/11927-1 e 2021/10298-3.

37 Não nos aprofundaremos aqui nestes dilemas, mas achamos interessante compartilhá-los com o leitor e a leitora. São eles: as incertezas de inserção em posições acadêmicas mais estáveis, o crescimento das hostilidades em relação à educação, à pesquisa, às sexualidades dissidências, uma pandemia e, no limite, um planeta em ruínas social e climatológica.

ainda inéditas a grande parte das pessoas interessadas em questões de gênero e sexualidade, principalmente em contextos africanos. Sem mais, convidamos o leitor e a leitora a embarcar nessa conversa.

Francisco: Nelson, você terminou a graduação em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, em 2011, e dois anos depois foi fazer seus estudos de pós-graduação na UERJ, no Rio de Janeiro. Por que você optou por ir fazer seus estudos de pós-graduação no Brasil? Como foi essa experiência de viver aqui? O Brasil que você encontrou era o mesmo que você esperava encontrar?

Nelson: Eu optei por me candidatar ao PEC-PG³⁸ no Brasil devido à questão linguística e porque, no percurso da minha graduação em antropologia, liamos alguns textos de antropólogos brasileiros, tais como Roberto DaMatta, Gilberto Velho, Mariza Peirano, Kabengele Munanga, entre outros, cujas abordagens analíticas eu apreciava. Ademais, quando eu comecei a estudar a temática das homossexualidades, a maior parte da literatura a que eu tive acesso naquela altura – porque não tinha muita literacia em língua inglesa – era de textos de autores brasileiros como Guacira Lopes Louro (2001), Peter Fry e Edward MacRae (1985) e Maria Luiza Heilborn (1999).

Antes de chegar ao Rio de Janeiro em 2013, eu já havia consumido muitos ouvires dizeres sobre violência, criminalidade, racismo, mas também sobre o Rio ser um lugar cosmopolita. Contudo, não interiorizei como algo dado esses ouvires dizeres sobre o Rio, principalmente os ligados à questão da violência e criminalidade. Ao longo da minha formação em ciências sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, busquei entender como o imaginário e a cultura de medo, no Rio de Janeiro, foi gerada historicamente de forma discursiva através de uma série de episódios violentos e da percepção das ondas de crimes. Esse entendimento só foi possível pois cursei a disciplina de sociologia urbana, ministrada pela professora Lia Rocha, que me ajudou

38 O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criado oficialmente em 1981, oferece bolsas de estudo para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PEC/PECPG.php>

a compreender e a desconstruir muitos ouvires dizeres sobre a “cidade maravilhosa”. Assim, a partir das aulas da professora Lia Rocha e conversas com colegas brasileiros, fui adquirindo um conhecimento profundo sobre as desigualdades sociais nesta cidade e como alguns movimentos sociais se mobilizam para reivindicar os seus direitos. A questão da mobilização política em prol da reivindicação dos direitos marcou a minha estadia no Rio de Janeiro. Lembro-me das manifestações de junho de 2013, com as quais fiquei muito impactado pela forma como as pessoas reivindicavam os seus direitos.

É importante pontuar que o racismo ainda persiste tanto no Rio de Janeiro quanto no Brasil como um todo, e experienciei situações de preconceito em função da cor de pele e de abordagens policiais não cordiais. Todavia, eu recorria a certos estereótipos que me ajudavam a circular pela cidade. Por exemplo, eu não tinha medo de circular em alguns pontos da cidade porque, por ser negro, eu pensava, dificilmente poderia sofrer assalto, embora isso não fosse verdade. Mas eu tinha essa crença e se, porventura, alguns policiais me abordassem, eu agiria cordialmente. Para responder a sua última questão, parti para o Brasil sem criar expectativas do que eu iria encontrar, mas aberto para conhecer o contexto carioca e aprender com a história, através das redes de contato que eu viria a estabelecer.

Francisco: E como é que surge o interesse de você pesquisar a temática das homossexualidades e recentemente o universo das pessoas trans?

Nelson: Como deixo bem claro na minha dissertação de mestrado (Mugabe, 2015), a escolha da temática das homossexualidades como temática de pesquisa é motivada por questões de natureza individual e propriamente intelectual. Desde menino – e particularmente na adolescência – discutia e compreendia o sexo e a sexualidade a partir do padrão normativo, numa perspectiva biológica adquirida tanto no seio familiar quanto no ensino secundário. Eu ouvi o termo “homossexual” pela primeira vez na catequese e nessa altura para mim era impensável dissociar sexualidade e reprodução, por isso nessa fase da minha vida considerava a homossexualidade algo “anormal”.

Quando entrei na graduação em antropologia, ao longo da formação, sofri a primeira conversão na discussão sobre sexo e sexualidade: de uma abordagem essencialista para uma abordagem construtivista. No entanto,

a revelação da temática da homossexualidade na minha vida pessoal me veio no terceiro ano de faculdade, 2010, com a leitura de um livro encontrado por acaso: *O corpo educado pedagogias da sexualidade*, de Guacira Lopes Louro. Foi ao longo da leitura dessa obra que me dei conta de que os termos “heterossexual” e “homossexual” como categorias identitárias eram invenções e, mais precisamente, que a categoria homossexual e os atributos a ela associada eram contextuais. Impressionado pela obra, decidi ler mais sobre representações das homossexualidades e a gênese das identidades *gays* e lésbicas.

Lembro que, na graduação, na disciplina de Tópicos Especiais de Antropologia, do professor Danúbio Lilhahe, houve uma discussão acalorada sobre se a homossexualidade era algo normal ou desvio social. Na discussão, a maioria dos colegas via a homossexualidade como um desvio social e os homossexuais como anormais e doentes. Na discussão neguei veementemente a associação da homossexualidade ao desvio e a qualificação pejorativa de homossexuais. Entretanto, meus colegas zombaram do meu esforço de qualificar os homossexuais como pessoas normais.

O episódio da aula me marcou de tal forma que passei cada vez mais a ler sobre homossexualidade em busca de compreender a história de sua invenção. Desde então, o fervor em ler e discutir com colegas de graduação, amigos e familiares sobre homossexualidades e identidades sexuais jamais me deixou. E como eu já tinha me familiarizado com a temática através da literatura, decidi realizar – para a culminância do curso de graduação em antropologia – um projeto de pesquisa sobre identidades sexuais, com o intuito de conhecer as pessoas LGBT e analisar o processo de afirmação identitária de sujeitos *gays* e lésbicas sob orientação do professor Emídio Gune.

Com a experiência de convivência com pessoas LGBT na graduação, explorei os discursos de *gays* e lésbicas sobre o comportamento e as práticas sexuais dos homossexuais masculinos e femininos. E abandonei o estudo da afirmação identitária para estudar a questão da heterogeneidade no universo LGBT de Maputo, pois antes de eu ir a campo, pensava que encontraria um universo LGBT homogêneo, o que era mera ilusão minha, visto que a experiência etnográfica da graduação mostrou que existem formas de discriminação e ridicularização entre os segmentos de *gays* e de lésbicas na cidade de Maputo contra aqueles e aquelas que fazem coisas consideradas incorretas, tais como fazer sexo com parceiros dos outros, fazer sexo em lugares considerados inapropriados, fazer sexo de forma considerada excessiva e ser ambíguo nos papéis

sexuais. Foi assim que a temática das homossexualidades entrou na minha vida pessoal e acadêmica. Dentro da temática das homossexualidades, o enfoque de explorar as relações jocosas devo muito ao antropólogo moçambicano Euclides Gonçalves³⁹, que foi examinador da minha monografia em antropologia, enquanto o enfoque nos marcadores sociais de diferença e nas gramáticas emocionais que esses marcadores sociais criam nos sujeitos, devo muito à minha orientadora, Maria Claudia Coelho, que me ensinou o campo da antropologia das emoções.

Para o doutoramento decidi estudar o universo trans por curiosidade, pois alguns interlocutores meus que se identificavam como “*gays*” nos seus perfis de *Facebook* – quando realizei o trabalho de campo tanto na graduação quanto no mestrado – passaram a ter uma expressão de gênero diferente da que eu conhecia e alguns passaram se identificar com o termo “travesti” em suas postagens. Então decidi estudar o universo trans para conhecer melhor suas vivências, explorando principalmente o humor conversacional que mobilizam nos diferentes contextos de socialidades. A opção de estudar o humor conversacional das mulheres trans se deve ao fato de eu querer visibilizar outras experiências para além de estudar o mercado de trabalho sexual que domina os estudos acadêmicos no universo trans, no contexto brasileiro, por exemplo. Contudo, uma investigação sobre experiências das “mulheres trans” que são trabalhadoras do sexo, incluindo a clientela no contexto moçambicano é de extrema importância.

Nelson: Queria também saber de Francisco como surgiu o interesse de pesquisar a questão das homossexualidades no geral. E, em particular, nos contextos africanos de língua portuguesa.

Francisco: Nelson, esse tipo de reflexão sempre pode nos fazer incorrer em uma certa “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1986), né? Mas eu me lembro que, naquela fase mais difícil em que me descobri *gay*, por volta de uns 12 anos de idade – em uma sociedade e família nas quais a homossexualidade era

39 Euclides Gonçalves é pesquisador e Diretor da *Kaleidoscopia Pesquisa em Políticas Públicas e Cultura*, que publica sobre governança, processos burocráticos e rituais políticos. Dos seus trabalhos, destaco aqui: *Local powers and decentralisation: recognition of community leaders in Mocimbi, Southern Mozambique* (2006), *Chronopolitics: public events and the temporalities of state power in Mozambique* (2012), e *Orientações superiores: time and bureaucratic authority in Mozambique* (2013).

absolutamente rechaçada – eu tinha pouquíssimas referências positivas sobre essa orientação sexual. Então eu buscava, às escondidas e apavorado, outras pessoas como eu e tudo que eu pudesse encontrar a respeito do assunto naquela ainda incipiente internet do início dos anos 2000. E eu me lembro claramente que uma das minhas buscas incessantes era para descobrir se, aquilo que eu sentia, existia em outros lugares, em outros corpos e em outras culturas. Hoje, ao fazer esse exercício reflexivo retroativo, escavando a minha própria história, eu encontro nesse período as origens da minha vontade de conhecer o fenômeno da (homo) sexualidade, para além de como ela se manifestava em mim e nas pessoas relativamente próximas. Penso que fazia isso não apenas para não me sentir tão sozinho no mundo, mas também por uma curiosidade que sempre tive de conhecer mais sobre esse mundo. Esse ímpeto de descobrir nos outros aquilo que também me ajudava a descobrir sobre mim, porém, arrefecia um pouco à medida que eu ia amadurecendo, conhecendo mais pessoas como eu, e conhecendo mais sobre o assunto. Sempre que eu encontrava algo, eu lia, claro, mas a ideia de estudar e de produzir conhecimento científico sobre isso só veio muito mais tarde, quando eu já estava no ensino superior. Na graduação, eu ainda morava com minha família no Rio, e ainda tinha, no geral, muito medo de assumir minha homossexualidade. Amigos e colegas já sabiam, mas fazer pesquisa de iniciação científica sobre este tema era algo que eu ainda considerava inviável, porque sabia que o tema da pesquisa “contaminaria” o próprio pesquisador, aos olhares externos. E eu ainda não tinha como sustentar esse risco. Então essa foi talvez a maior razão de eu ter ido fazer pós-graduação longe de minha cidade natal, porque sentia que em um novo lugar, eu teria coragem de assumir publicamente a homossexualidade não só como tema de pesquisa, mas também como minha identidade⁴⁰. E assim aconteceu quando conheci minha orientadora na UnB, a professora Andréa Lobo, que já tinha uma longa trajetória de pesquisa em contexto africano, particularmente em Cabo Verde. Daí conciliei um desejo antigo de fazer pesquisa sobre gênero e sexualidade, com o meu fascínio desde há muito com o continente africano. Ou melhor, um fascínio com as referências de África que eu tinha a partir da cultura brasileira em geral e das religiões de matriz africana, das quais minha mãe e outros parentes meus eram praticantes. Sentamo-nos, Andréa e eu, e então decidimos que a Associação Gay Cabo-verdiana – que começou a ganhar muita visibilidade em 2013 com a realização

40 Uma trajetória migratória que coincide com a de outros antropólogos gays, como, por exemplo, Didier Eribon (2020).

da primeira parada *gay* do país – seria um bom tema de pesquisa (Miguel, 2016). No doutorado, eu resolvi partir para outro país africano, por considerar que a minha pesquisa em Cabo Verde já tinha se esgotado.

Nelson: Então, nos seus trabalhos sobre homossexualidades nos contextos africanos você pesquisou Cabo Verde e Moçambique. O que motivou a escolha destes dois contextos africanos? E o que esses dois contextos lusófonos contribuem na discussão acadêmica sobre homossexualidades em África, tendo em conta que a literatura acadêmica disponível sobre homossexualidade se concentra nas regiões anglófonas?

Francisco: Como disse, minha ida a Cabo Verde tem a ver com a trajetória de pesquisa da minha orientadora que, de certa forma, abriu os caminhos para mim. Mas depois de ter feito a pesquisa naquele arquipélago, eu senti que já havia, de certa forma, esgotado as possibilidades de novas questões e que, portanto, não havia por onde a minha investigação avançar muito mais. Além disso, decidi tomar o conselho de Evans-Pritchard de que nós, antropólogos, deveríamos estudar duas sociedades estrangeiras distintas para sofisticarmos as nossas comparações (Evans-Pritchard, 2005). Como eu já estava informado da inexistência, em Cabo Verde, de certas dinâmicas relacionadas às crises nacionais de homofobia (como aquelas que lia nos contextos da ex-colônias inglesas em África), pensei que migrar para outro contexto africano, do outro lado do continente, poderia me servir duplamente no método comparativo que vinha empregando. Se no mestrado, eu havia basicamente analisado as dinâmicas cabo-verdianas à luz do que ocorria no Brasil e esses fluxos atlânticos, no doutorado, eu pretendia expandir a comparação não apenas entre esses herdeiros do império lusitano, mas entre estes e as ex-colônias britânicas em África.

Nesse sentido, Moçambique apresentava várias vantagens: 1) era um país de língua portuguesa cercado pelas ex-colônias britânicas, o que, apenas a princípio, não exigiria de mim uma nova imersão em uma língua estrangeira⁴¹; 2) diferente de Angola, Moçambique possuía uma situação econômica mais favorável a um etnógrafo bolsista; 3) a literatura acadêmica moçambicanista, no geral, é particularmente farta, o que permite uma aproximação mais sólida

41 Digo a princípio, porque acabei tendo, em campo, que conhecer um pouco a língua changana.

e ágil às culturas locais pelo pesquisador neófito; 4) mesmo tendo uma farta bibliografia geral sobre o país, não havia ainda um trabalho etnológico-histórico, com o foco sobre a questão da homossexualidade em Moçambique. Cabo Verde e Moçambique são países distintos, com sociedades diferentes e isso se deve a vários fatores, principalmente históricos. Mas percebi algo em comum entre eles que vai para além de terem sido colônias portuguesas em África. Em ambos os países, eu percebi não apenas a ausência de crises nacionais recentes de homofobia estatal e midiática, tais quais as que ocorriam em outros vários países africanos, mas também um discurso nativo recorrente, inclusive dos ativistas LGBT, que apregoam um ambiente de relativa “tolerância” à homossexualidade em seus respectivos países (Miguel, no prelo, a). Acho que as experiências de ambos os países podem contribuir para contra-argumentar uma visão da literatura anglófona especializada que insiste em debater sobre (e quase apenas) a “homofobia africana”.

Francisco: Falando em comparação, Nelson, no seu trabalho de doutoramento, às vezes de forma mais implícita e às vezes mais explícita, você tem uma perspectiva comparativa entre Moçambique e Brasil. Que diferenças você encontrou não só entre os movimentos LGBT de Moçambique e do Brasil (e particularmente na questão trans, seu tema principal), mas também nas antropologias praticadas nesses dois países?

Nelson: Em Moçambique, os estudos sobre transexualidades e travestilidades são praticamente inexistentes na academia. Não obstante, tem se produzido monografias de culminação de curso de ciências sociais e humanas na temática das homossexualidades, mais do que no campo das ciências médicas e psicológicas (ver Mugabe, 2015). No Brasil, as pesquisas sobre homossexualidades estão estabelecidas na academia e atualmente existe uma crescente autonomização do campo de estudos sobre travestis e transexuais. Outro aspecto que notei de diferente sobre o movimento LGBT no Brasil e em Moçambique é a forma como os jovens LGBT se engajam em prol da defesa dos seus direitos nos dois contextos. No Rio de Janeiro, os/as jovens LGBT têm diferentes formas de engajamentos e nem sempre estão vinculado/as a um “movimento social organizado”. Enquanto que em Maputo existe uma atuação militante remunerada, em que os sujeitos LGBT passam por um processo de formação para serem ativistas ou agentes comunitários de saúde nas organizações que advogam pelos direitos humanos.

Na esfera de luta pelos direitos nos dois contextos, entendo que no Rio de Janeiro, os jovens LGBT pouco se interessam em manter uma imagem de “respeitáveis militantes” ou de sujeitos LGBT mais comportados, mas buscam a valorização e a produção de discursos e de identidades sexuais e de gênero que visam incomodar, numa estratégia que não busca aceitação, mas afirmação de que “as pessoas vão ter que se acostumar”. A minha experiência etnográfica no contexto moçambicano, no entanto, mostra que a associação LAMBDA está preocupada com uma transformação social ampla, porém envolvida com uma ação mais “pragmática”. E como você (Miguel, 2020) explica, os ativistas da LAMBDA veem sua atuação como de “base” que busca espalhar a “informação”, cativar o “respeito” e a “aceitação” dos LGBT nas suas famílias e depois na sociedade em geral, mais do que pleitear perante o estado moçambicano políticas públicas em relação ao combate da discriminação contra os LGBT, transformações jurídicas e reivindicar certos direitos civis.

A outra diferença que é importante pontuar aqui, entre os dois contextos, diz respeito à forma como foi incorporado o segmento “T” no movimento social LGBT e de que modo o “T” surge de forma autônoma como um movimento social no Brasil. No contexto brasileiro, com o surgimento do movimento homossexual, as travestis se mobilizaram publicamente para exigir a incorporação e visibilização do segmento “T” em movimentos de *gays* e lésbicas e por causa do binômio violência policial/SIDA se auto-organizaram em respostas a esses problemas sociais. Atualmente no Brasil existem organizações já consolidadas de travestis e de transexuais que realizam encontros nacionais. Embora, a entrada de homens trans no cenário político do movimento LGBT brasileiro seja um processo ainda em curso.

No contexto moçambicano, diferentemente do brasileiro, a entrada das pessoas trans, principalmente das mulheres trans, no cenário do ativismo LGBT moçambicano é um processo recente e em curso, embora o segmento “T” tenha sido incluído pela LAMBDA ao longo do tempo quando adotou a sigla LGBT em suas estratégias de visibilidade pública. Todavia, similarmente ao que aconteceu nos movimentos LGBT brasileiros, a letra “T”, quando foi incorporada pela LAMBDA e surgiu no jornal da comunidade LGBT moçambicana, *Cores do Amor*, inicialmente significava “travesti” e com o tempo passou a ser usada como referente a transexual, transgênero e trans. Ademais, somente nos últimos anos, a agremiação LAMBDA começou a recrutar e visibilizar as “mulheres trans”, mas o debate sobre homens trans ainda permanece invisível no movimento LGBT e na sociedade moçambicana. Arrisco, assim, a dizer que

em Moçambique alguns sujeitos dissidentes sexuais e de gênero não têm desejo de fazer parte da associação LAMBDA. Há também outros sujeitos LGBT que vivem na discricção ou na invisibilidade, em especial os LGBT mais velhos⁴².

A centralidade da questão da violência contra os sujeitos LGBT nos dois contextos é tratada de forma diferente. Em Moçambique ainda não temos dados estatísticos sobre perseguição, assassinatos e violência contra as pessoas por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Mas o fato de não termos disponíveis informações a respeito da perseguição e da violência física contra pessoas LGBT não quer dizer que na vida cotidiana os LGBT moçambicanos sejam imunes às diferentes formas de violência estrutural. A minha experiência de pesquisa com as mulheres trans mostra que elas lidam com diversas formas de preconceitos e discriminações nos espaços sociais em que circulam. No entanto, por terem desenvolvido a habilidade de brincar e gozar com situações trágicas, tendem a suavizar e a naturalizar as experiências de estigmatização e de violência, por exemplo, transformando essas experiências em fonte de prazer catártico. No Brasil e no Rio de Janeiro, de acordo com a literatura disponível e a minha experiência de vivência no contexto brasileiro, os mais atingidos pela “homolesbotransfobia” são *gays* afeminados, “pintosas”, travestis e transexuais, em especial as racializadas e empobrecidas. As estatísticas disponíveis mostram que o Brasil é o país que mais mata os segmentos de travestis e mulheres transexuais no mundo. E existem associações LGBT que contabilizam os assassinatos de pessoas LGBT no Brasil.

O último aspecto que gostaria de falar e que destaca as diferenças entre os sujeitos LGBT nos dois contextos tem a ver como, nesses dois contextos, as piadas e o senso do humor são entendidos. Recorrendo a um conjunto de autores brasileiros (Daniliauskas, 2016), percebi que as pessoas LGBT no Brasil fazem a desconstrução de piadas ou brincadeiras preconceituosas, inclusive em contexto de sociabilidades LGBT. Assim, no contexto carioca, percebi que existe o policiamento do humor, chamando a atenção de que certas brincadeiras e piadas reforçam o preconceito e as desigualdades de gêneros, promovem o machismo, entre outras coisas. Assim, as pessoas LGBT no Rio de Janeiro – principalmente os envolvidos em engajamentos políticos – esperam que a prática do humor seja acoplada a um sentimento de justiça e responsabilidade social para com os oprimidos socialmente. Em Maputo, ao estudar o humor presente

42 As recentes etnografias de Chipenembe (2018) e de Miguel (2019) apresentam dados que corroboram esta hipótese.

nas sociabilidades de pessoas LGBT, percebi que elas não politizam certas formas humorísticas, de tal forma que as suas práticas lúdicas expressam e criam performativamente afinidades, solidariedades e identidades entre os que fazem piadas, mas ao mesmo tempo, produzem e reforçam diferenças e desigualdades em relação aos alvos das piadas.

A questão referente ao tipo de antropologia praticada nos dois contextos é complicado responder, pois ainda não tenho muita experiência de pesquisa para comparar a antropologia que se faz em Moçambique e no Brasil. É uma questão boa, mas prefiro investigar mais e daí futuramente poderei opinar a respeito.

Nelson: Mas, Francisco, como é que você vê comparativamente o estado da arte nos dois contextos africanos lusófonos que você estudou, no que diz respeito ao estado da arte e à consolidação dos direitos LGBT?

Francisco: Como disse anteriormente, Cabo Verde e Moçambique são países bem diferentes, por suas localizações geográficas, por seus recursos naturais, por suas formações sócio-históricas, inclusive pelos papéis que ocuparam dentro da história imperial portuguesa e mundial, e como se deram seus regimes políticos pós-independentes. E isso tudo produz efeitos, claro, também para as ciências e as políticas nacionais. Em termos históricos, por exemplo, enquanto é possível achar trabalhos como o do antropólogo Luiz Mott (2005), que se debruçou sobre o tema da “sodomia” em Cabo Verde, a partir dos dados da Santa Inquisição Portuguesa desde o século XVII, em Moçambique os dados mais antigos que temos sobre esse tema são os do missionário e etnólogo Henri Junod (2009), em sua pesquisa realizada já na virada do século XIX para o XX. Em Cabo Verde, quando cheguei em 2013, havia apenas um único trabalho acadêmico moderno sobre homossexualidade no país, que era a dissertação de mestrado da socióloga cabo-verdiana Cláudia Rodrigues (2010) sobre a elite *gay* da cidade da Praia. Então o meu trabalho (Miguel, 2014) e o de uma outra colega caboverdiana (Silva, 2015), que fazia pesquisa no mesmo período que eu, tentavam complementar o que era ainda o incipiente campo dos estudos de homossexualidade no país. Por outro lado, no mesmo ano de 2013, a Associação *Gay* Cabo-verdiana contra a Discriminação (AGC) colocava, pela primeira vez nas ruas do país – e até onde sei, a segunda vez no continente – uma Parada do Orgulho LGBT. No ano seguinte, Cabo Verde sepultou o código penal herdado

do período colonial que, entre outras coisas, criminalizava a homossexualidade no país. Apesar de essa criminalização herdada do colonialismo aparentemente nunca ter sido levada a cabo (aliás, como em Moçambique), foi uma importante vitória simbólica do movimento⁴³. Mas minha percepção é que a pesquisa acadêmica estava atenta e participava das movimentações ativistas LGBT, como, aliás, costuma ser o processo de produção acadêmica em nossa área. À época, cada vez mais pessoas pareciam se interessar pelo tema; fui convidado, por exemplo, para dar entrevistas para rádios e tvs cabo-verdianas. Em Moçambique não parecia ser tão diferente: a emergência da LAMBDA em 2006 também fez aumentar o interesse acadêmico e midiático por esse tema em Moçambique. Antes dos nossos, Nelson, temos pelo menos dois trabalhos de peso: o relatório de pesquisa de Brigitte Bagnol (1996), que antecede a formação da LAMBDA, e a tese de doutorado de Fabiana Souza já posterior (2015). Mas foram os incentivos que a LAMBDA deu à produção de estudos locais sobre sexualidade e gênero, que impulsionaram o campo acadêmico. Além da LAMBDA empreender estudos próprios sobre a temática em todo o país, um concurso promovido por ela em 2011 fez aparecer diversos trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, etc. (António, 2011; Canuma, 2011; Chiconela, 2011; Saiete, 2011; Timbana, 2011; Manhice, 2011). E, desde então, seja pelas mãos dos nacionais (Chipenembe, 2018; Mugabe, 2012), seja de parceiros estrangeiros (Santos; Waites, 2021; Simões de Araújo, 2022), parece a mim que o tema aos poucos vai se consolidando no país. Em relação à consolidação propriamente dos direitos LGBT, o cenário tem semelhanças, mas também diferenças, entre esses dos países: Em ambos já não há mais a criminalização dos chamados “vícios contra a natureza”, herdado do Código Penal Português, mas também em nenhum deles o casamento *gay* é permitido. Em Cabo Verde, a AGC (a maior organização LGBT local), é oficialmente reconhecida pelo Estado e promove anualmente paradas *gays* nas duas maiores cidades do país. Em Moçambique, a LAMBDA – que é a maior organização civil LGBT do país – ainda não foi reconhecida oficialmente pelo Estado e, por diversas razões que já levantei em outro trabalho (Miguel, 2021a), nunca realizou uma parada LGBT no país. Em 2017, por outro lado, Moçambique aprovou uma lei laboral que penaliza a discriminação por orientação sexual nos ambientes de trabalho (Santos; Waites, 2021). Atualmente, sei que a AGC está investindo na pauta da criminalização da homofobia no

8 Moçambique também substituiu o Código Penal herdado do período colonial, descriminalizando a homossexualidade em 2015.

arquipélago, enquanto a LAMBDA tem direcionado a maior parte dos seus esforços e recursos para a questão do HIV/Aids e para campanhas de conscientização. Acho que esse é o cenário, bastante resumido, do estado da arte e da consolidação dos direitos LGBT em ambos os países que, se podem não ser os mais ideais, parecem se distinguir positivamente de outras nações no continente.

Francisco: Mas mudando um pouco de assunto... Apesar de já conversarmos pelo Facebook desde 2017, quando cursávamos o doutorado (você no Rio e eu em Brasília), nós só fomos nos conhecer pessoalmente mesmo em Maputo em 2018, né? Como foi para você ter um colega antropólogo, com um tema semelhante de pesquisa, compartilhando alguns interlocutores em comum e frequentando, em campo, alguns dos mesmos eventos e espaços que você?

Nelson: Ter colegas de países diferentes que pesquisam a mesma temática no contexto moçambicano é muito bom, porque enriquece o campo de pesquisa e os pesquisadores estrangeiros irão visibilizar o contexto etnográfico moçambicano nos seus respectivos países e no mundo. Então do meu lado não houve nenhum constrangimento e nem a reivindicação de que “os de fora estão a vir investigar questões da nossa cultura”. Eu acredito que os cientistas sociais devem estudar em qualquer contexto social e a riqueza da antropologia vem dessa possibilidade de estudar outros contextos sociais. Então nós partilhávamos os mesmos contextos de sociabilidades, mas as nossas problemáticas, objetivos e referencial teórico eram diferentes. A meu ver, uma das vantagens de partilhar campo com um colega estrangeiro é que podem existir aspectos que, por serem corriqueiros, eu possa naturalizar e não os tornar como objeto de escrutínio. E quem é de fora pode prestar atenção para esses aspectos corriqueiros com um interesse científico. Por exemplo, na sua tese de doutoramento há coisas que para mim não eram investigáveis. Estou a falar especificamente de pensar como as questões de gênero e sexualidade são tratadas em línguas locais. É muito produtivo partilhar campo e temática com diversos pesquisadores porque os nossos olhares analíticos serão diferentes, o debate será produtivo e a temática será valorizada. De tal forma que sempre que algum pesquisador estrangeiro e nacional me escreve pedindo referências sobre questões LGBTI em Moçambique, eu partilho toda a informação, pois acredito que conhecimento é para ser partilhado, e cada pesquisador terá suas lentes para analisar a mesma temática. Eu acredito que mesmo se dois pesquisadores estudarem a mesma temática com

os objetivos de pesquisa similares no mesmo contexto, a abordagem, a interpretação, a análise dos dados e as conclusões serão diferentes. Cada um terá um enfoque diferente do outro.

Francisco: Eu concordo totalmente contigo sobre como essa diversidade de pesquisadores em campo torna a produção científica mais rica. E você realmente me ajudou bastante na época da minha qualificação me mandando alguns trabalhos sobre o tema feitos na UEM⁴⁴... Já tive a oportunidade de te agradecer, mas registro aqui novamente minha gratidão. Aliás, falando em bibliografia – essa é uma das questões que já tivemos várias oportunidades de debater, mas que acho importante, de certa forma, registrarmos aqui – é sobre a dificuldade de acesso de textos em língua portuguesa sobre gênero e sexualidade em contextos africanos. Mas o que gostaria de te perguntar é o quão realmente importante você acredita que seja 1) a pesquisa propriamente histórica das sexualidades em contextos africanos e 2) a comparação das experiências de gênero e sexualidade moçambicanas com aquelas de outras regiões do continente africano.

Nelson: É importante pesquisar historicamente as sexualidades no contexto africano, seja no contexto pré-colonial, colonial ou pós-colonial. Como ensina Gontijo (2021), a sexualidade não foi apenas um aspecto marginal da colonização, mas uma parte fundamental do empreendimento colonial no passado e em seus desdobramentos neocoloniais inalteráveis na contemporaneidade. Ademais, existem estudiosos africanos e africanistas com pesquisa interessante sobre a temática das sexualidades no contexto africano seja no período pré-colonial, colonial ou pós-colonial (Murray; Roscoe, 1998; Ekine; Abbas, 2013; Tushabe, 2013). Agora, a comparação das experiências de gênero e sexualidade dos moçambicanos com as outras das regiões do contexto africano é importante porque cada contexto tem sua singularidade, o que a gente encontra aqui em Moçambique em termos de experiências de gênero e sexualidade tem suas lógicas locais e essas lógicas podem ser diferentes daquelas que podem ser encontradas em outras regiões do continente. É claro que podem existir aspectos que sejam generalizáveis ao contexto africano, mas isso só é possível se cada região e país que integra o continente africano forem estudados e daí se buscarem alguns denominadores comuns. Por exemplo, a ideia de que a homossexualidade

44 Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

é exógena ao contexto africano encontra ressonância em quase todos os países africanos, mas o que isso significa e como cada país mobiliza esse discurso no continente é diferente. É importante pontuar que, para além de pesquisa histórica sobre sexualidade e gênero no contexto africano, precisamos prestar atenção, por exemplo, em como as pessoas LGBT na África, principalmente em contexto de violência física e simbólica, buscam estratégias para se manterem vivas e para expressarem publicamente as suas identidades sexuais e de gênero. Eu acredito que o contexto moçambicano é um laboratório social muito fértil para novas avenidas de pesquisa no campo de estudos LGBT.

Gostaria que futuros estudiosos na área dos estudos LGBT em Moçambique abarcassem outros segmentos LGBT para além de se estudarem os *gays*, as lésbicas, as mulheres trans e fora dos centros urbanos. Os estudos LGBT acadêmicos em Moçambique focam suas análises nos centros urbanos, principalmente na capital moçambicana, e não exploram outras províncias e muito menos os contextos rurais moçambicanos. Por fim, gostaria que os cursos de História, Psicologia, Direito, Geografia e Educação oferecidos nas universidades moçambicanas se interessassem em explorar o campo de estudos LGBT, pois este campo no contexto moçambicano é dominado por trabalhos oriundos de cursos de antropologia e sociologia.

Nelson: Mantendo na questão da bibliografia, no contexto africano existe um corpo de literatura que problematiza se os conceitos e categorias usadas sobre homossexualidade ou se as categorias LGBT capturam as experiências de homossexuais na África ou ainda se essas categorias podem ser traduzidas em idiomas africanos. Queria ouvir como Francisco lida com as terminologias LGBT nas suas pesquisas quando aplicadas aos contextos africanos. E qual é seu ponto de vista sobre pesquisadores africanos que buscam nos seus escritos incorporar categorias locais tendo em conta a sua especificidade cultural para falar de questões homoafetivas?

Francisco: Eu tentei enfrentar essa questão das terminologias na introdução da minha tese e em alguns outros trabalhos posteriores. Como já disse anteriormente (Miguel, 2021b), eu defendo que os antropólogos e historiadores interessados em questões de gênero e sexualidade devem estar, hoje, atentos para a aplicabilidade de certas categorias, como “sexualidade”, “homossexualidade”,

“homoerotismo” etc., nas epistemologias e práticas de outras sociedades que não as nossas (ou mesmo nas nossas, no presente e em outros tempos). Quem ensina isso de forma brilhante é a ugandense Tushabe wa Tushabe (2013), que demonstra a solução cultural de seu povo para agregar os “dissidentes sexuais”, que independe de uma “epistemologia do armário”. Os *ebibini*, como ela os chama – e se chama – não precisavam ser “homossexuais” para viver bem e integrados aos seus (Tushabe, 2013). Além disso, como você sabe, certas práticas tidas por nós como inscritas no domínio da sexualidade podem ser eventualmente entendidas por outros campos semânticos entre nossos interlocutores. Um exemplo moçambicano claro disso é como certas relações coloniais de apadrinhamento, inclusive com coabitação, entre um homem mais velho e um rapaz, quase nunca eram lidas pela sociedade moçambicana mais ampla na chave da conjugalidade ou da sexualidade. Mas se a gente percebe que essa ou outras práticas se encontram de fato no campo do desejo, do prazer, da afetividade e das relações eróticas, penso que uma tradução é possível. Nos meus trabalhos, eu tentei escapar tanto do etnocentrismo/presentismo, que correlacionaria um conjunto de determinadas práticas corporais a um conceito muito comprometido com uma história ocidental (tal qual o conceito de “homossexualidade” ou seus correlatos), quanto e, ao mesmo tempo, do relativismo estéril e da impossibilidade de uma análise comparativa. Acho que a solução que encontrei foi a antropológica mesmo: tomá-la como categoria nativa (como o é em muitos países africanos, entre eles, Cabo Verde e Moçambique). Acho que, em um cenário já pós-colonial – portanto um tanto diferente do que descreve Tushabe – você, Nelson, naquele artigo (Mugabe, 2021) que você publicou em nosso dossiê (Miguel; Mugabe, 2021), consegue articular muito bem não apenas a identidade nativa “mana” entre as pessoas “trans” moçambicanas, como as tantas outras que contemporaneamente se encontram em pleno processo de disputa. Acho que esse é o desafio clássico da antropologia: pegar o ponto de vista do outro (e nisso as categorias do outro são fundamentais) e traduzi-lo de forma inteligível e que falsifique o menos possível esse outro.

Nelson: Considerando que a crítica religiosa, política e cultural dominante nos contextos africanos tem sido postular que a homossexualidade é exógena à África, você, de forma exemplar, mostra essa visão nas suas etnografias em contextos africanos. Agora queria saber se você conseguiu visualizar uma outra percepção que tenda a considerar a homossexualidade atrelada a questões das religiões africanas. Por exemplo, espíritos.

Francisco: Acho que a grande pergunta que está por trás da minha tese de doutorado é: “Por que os africanos, no geral, insistem em dizer que a homossexualidade é exógena à África?”. Ou então “Por que o discurso da exogenia da homossexualidade em África tem tanta ressonância no continente?”. Quanto mais eu lia a bibliografia sobre o tema, mais claro ficava a centralidade dessa controvérsia nos próprios estudos. Uma controvérsia – deixe-me explicar – entre as lideranças religiosas e políticas africanas, que negam a autoctonia africana da homossexualidade, e um discurso acadêmico que, baseado em provas arqueológicas, históricas e antropológicas, apontava o “erro” material dessas afirmações. Na década de 1990, depois do início de uma verdadeira cruzada estatal, religiosa e midiática, em vários pontos da África, contra as pessoas LGBT, obras como *Boy-wives, Female Husbands* (1998) foram cruciais para demonstrar que as práticas homoeróticas antecedem (e muito) os colonialismos na África (Murray; Roscoe, 1998). Se a ciência já tinha me convencido da existência das práticas e afetos homoeróticos em África antes da influência europeia ou árabe, eu ainda não encontrava respostas suficientemente boas para aquelas minhas perguntas iniciais. Eu só tinha a noção de que a alta ressonância desse discurso que aponta a exogenia da homossexualidade não poderia ser um surto coletivo e que eu, como antropólogo, deveria levar a sério o discurso nativo. Então fui investigar. E descobri que, primeiro, o discurso que acusa que a homossexualidade seria exógena à própria cultura não é em absoluto exclusivo dos africanos ou mesmo uma grande novidade. Ann Laura Stoler (1995), Luiz Mott (2005), Daniel Borrillo (2010), Robert Aldrich (2003) são alguns dos pesquisadores que já demonstraram como a homossexualidade já foi, em várias culturas e épocas, dentro e fora do “Ocidente”, rechaçada como vício do *outro*, como algo trazido de fora. Em segundo lugar, ao me aventurar pela historiografia de Moçambique, ficou claro como a homossexualidade, enquanto categoria, enquanto identidade, enquanto um tipo de subjetificação, era bastante recente. E que o que conhecemos hoje por movimento LGBT, de fato, fora gestado pelas mãos dos colonos, em sua esmagadora maioria, homens *gays* brancos. Eu tenho quatro artigos em que tento argumentar nesse sentido, com distintos materiais da pesquisa: um a partir de depoimentos pessoais de jovens e “cotas”⁴⁵ que coletei; outro a partir da análise do campo semântico da homossexualidade nas línguas portuguesa e changana (Miguel, 2021c); um terceiro a partir da genealogia do

45 Termo popular usado em Maputo para pessoas mais velhas, que teria em “coroa” sua tradução perfeita no Brasil.

movimento LGBT em Maputo (Miguel, 2021a); e um quarto, ainda no prelo, em que analiso o papel da mídia moçambicana na construção desse discurso da exogenia da homossexualidade (Miguel, no prelo). Acho que consegui, no final das contas, demonstrar que se de fato as práticas homoeróticas parecem ter sempre existido, também faz sentido apontar que a homossexualidade, tal como nós hoje a entendemos, é algo recente e que veio “de fora”. Quanto à questão religiosa, ela foi apenas tateada por mim na minha tese, com depoimento de curandeiros, pessoas *gays* que passaram por processo ritual de “cura” da sua homossexualidade (tanto no curandeirismo tradicional quanto no neopentecostal), e pessoas que, no geral, acionavam um discurso religioso para dizer isso ou aquilo sobre a homossexualidade. Recentemente li um artigo muito bom, de Ruth Morgan e Graeme Reid (2003), que trata deste assunto. Também tem um capítulo publicado pelas colegas Judite Chipenembe, Chia Longman e Gily Coene (2022). Mas penso que seja ainda necessário um estudo etnográfico exclusivamente focado na intersecção entre religião e sexualidade, particularmente no caso moçambicano, que apresenta uma enorme diversidade religiosa. Então, sobre a intersecção entre homossexualidade e espiritualidade em Moçambique e em África, eu também ainda gostaria de conhecer mais. Fica aí essa dica para outros investigadores!

Referências

- ALDRICH, Robert. 2003. *Colonialism and Homosexuality*. New York: Routledge, 2003.
- ANTÓNIO, V. O. *Relendo as identidades de género: um estudo entre homossexuais na cidade de Maputo*. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.
- BAGNOL, Brigitte. *Diagnóstico da Orientação sexual em Maputo e Nampula*. Maputo: Embaixada do Reino dos Países Baixos, 1996.
- BORRILLO, Daniel. 2010. *Homofobia: História e Crítica de Um Preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 62-63, p. 69-72, 1986.
- CAMBACO, Olga DA G. L. *Fronteiras nas relações com homossexuais no sector privado: um estudo sobre os discursos e práticas de discriminação no ambiente laboral*. Monografia (Licenciatura em Sociologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2014.

- CANUMA, Egídio Benjamim Silvestre. *A inconstitucionalidade da proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo*. Monografia (Licenciatura em Direito) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.
- CHICONELA, Arsénio Tomás. *Homossexualidade e adoção: direitos humanos e direito da família*. Maputo, 2011.
- CHIPENEMBE, Maria Judite Mario. *Sexual rights activism in Mozambique: a qualitative case study of civil society organisations and experiences of “lesbian, bisexual and transgender persons”* 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Gent, Gent, 2018.
- CHIPENEMBE, Maria Judite Mario; LONGMAN, Chia; COENE, Gily. Normative violence, traditional healing, and harm regarding same-sex relations among women in Mozambique. *In: BARTELINK, Brenda; LONGMAN, Chia; BRADLEY, Tamsin (Eds.). Religion and gender-based violence*. London: Routledge, 2022. p. 133-157.
- DANILIAUSKAS, Marcelo. *Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris*. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- DOMINGOS, Augusto Pedro. *Famílias unidas pelos sobrinhos: conjugalidades e parentesco entre um grupo de homossexuais na cidade de Maputo*. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.
- EKINE, Sokari; ABBAS, Hakima (Eds.). *Queer African Reader*. Dakar: Pambazuka Press, 2013.
- ERIBON, Didier. *Retorno a Reims*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. *Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- FILHO, Ricardo Duarte. Leona Assassina Vingativa: bichas astuciosas e malandragem *queer*. *Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual*, n. 18, p. 85-109, 2018.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GONÇALVES, Euclides. Local powers and decentralisation: recognition of community leaders in Mocumbi, Southern Mozambique. *Journal of Contemporary African Studies*, v. 24, p. 29-52, 2006.
- GONÇALVES, Euclides. Orientações superiores: time and bureaucratic authority in Mozambique. *African Affairs*, v. 112, n. 449, p. 602-622, 2013.
- GONÇALVES, E. *Chronopolitics: public events and the temporalities of state power in Mozambique*. PhD (Thesis in Anthropology Political) – University of Witwatersrand, Johannesburg, 2012.

- GONTIJO, Fabiano. Sexual and gender diversity, national state and biopolitics in the global south: lessons from Africa. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 2, p. 97-126, 2021.
- GUAMBE, Augusto Joaquim. *Experiências e percepções sobre o uso de insumos de prevenção do HIV e outras ITS em homens que fazem sexo com homens em Maputo entre 2010-2012*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- JUNOD, Henry. *Henri Junod, usos e costumes dos Bantu*. Ed. de Omar Ribeiro Thomaz and Paulo Gajanigo. Campinas: IFCH/Unicamp, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MACHAVA, Sara José. *Homossexualidade: processos e etapas da auto-afirmação da identidade homossexual masculina na cidade de Maputo*. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2013.
- MANHICE, Estevão Artur. *Homossexualidade na cidade de Maputo: mecanismos de afirmação e legitimação social dos “gays”*. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.
- MIGUEL, Francisco. *Mozambican “tolerance” toward homosexuality: lusotropicalist myth and homonationalism*. *Sexualities* (no prelo, a).
- MIGUEL, Francisco. “Exogenia” e “tolerância”: o duplo papel da mídia impressa na institucionalização da homossexualidade no sul de Moçambique pós-colonial. *Revista de Antropologia* (USP) (no prelo, b).
- MIGUEL, F. Uma história do movimento LGBT em Maputo. *Afro-Ásia*, v. 64, p. 320–362, 2021a.
- MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. P. V. *Séculos de silêncio: contribuições de um antropólogo para uma história da “homossexualidade” no sul de Moçambique (Séculos. XVI-XX)*. *Revista Brasileira de História*, vol. 41, no. 86, p. 111-134, 2021b.
- MIGUEL, Francisco. Mariyarápáxis: língua, gênero e homossexualidade em Moçambique. *Mana*, v. 27, n. 3, p. 1-27, 2021c.
- MIGUEL, Francisco; MUGABE, Nelson André. N. A. Apresentação do dossiê “Sexualidades e suas repercussões sociais em contextos africanos”. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 2, p. 27-35, 2021.
- MIGUEL, Francisco. Por uma política com “Respeito”: a institucionalização da homossexualidade no programa radiofônico moçambicano Café Púrpura. *Caderno de Estudos Africanos*, n. 40, p. 141-166, 2020.
- MIGUEL, Francisco. *Levam Má Bô: (homo)sexualidades masculinas em um arquipélago africano*. Curitiba: Prismas, 2016.

- MIGUEL, Francisco. “*Levam má bó*”: (homo)sexualidades entre os sampadjudas da Ilha de São Vicente de Cabo Verde. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2014.
- MORGAN, Ruth; Reid, Graeme. “I’ve got two men and one woman”: Ancestors, sexuality and identity among same-sex identified women traditional healers in South Africa. *Culture, Health and Sexuality*, v. 5, n. 5, p. 375-391, 2003.
- MOTT, Luiz. 2005. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico lusófono negro. *Afro-Asia*, v. 33, p. 9-33, 2005.
- MUGABE, Nelson André. Mapeando as autoidentificações, a construção das identidades e as subjetividades das “manas trans” da cidade de Maputo. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 2, p. 171-197, 2021.
- MUGABE, Nelson André. *Marcadores de diferença e jocosidade entre sujeitos LGBT na cidade de Maputo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MUGABE, Nelson André. Relações jocosas entre um grupo de homossexuais na cidade de Maputo. Relatório de Pesquisa. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2012.
- MURRAY, Stephen O.; ROSCOE, Will. *Boy-wives and female husbands: studies of African homosexualities*. New York: Palgrave, 1998.
- NHASSENCO, Sérgio Stélio Keita. *Identidade gay e lésbica: estratégias e táticas usadas pelos homossexuais para contrapor o estigma e marginalização social na cidade de Maputo*. Monografia (Licenciatura em Sociologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2013.
- RODRIGUES, Cláudia. *A homoafectividade e as relações de género na Cidade da Praia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2010.
- SAIETE, Sheila Kátia Fernando Marta. *Construção e gestão da identidade homossexual das lésbicas em Moçambique*. Monografia (Licenciatura em Sociologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; WAITES, Matthew. Analysing African advances against homophobia in Mozambique: how decriminalisation and anti-discrimination reforms proceed without LGBT identities. *Sexuality & Culture*, no. 0123456789, 2021.
- SILVA, Lurena Delgado. *Homossexuais, gays e travéstitis em Mindelo: entre identidades e resistências*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2015.
- SIMÕES DE ARAÚJO, Caio. 2022. Sujeitos Sem História? Cidadania Sexual, Temporalidade e Os Desafios Da Pós-Colonidade Em Moçambique. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; FORQUILLA, Sérgio Chicava Salvador; MUIANGA, Carlos (Eds.). *Desafios Para Moçambique*, Maputo: IESE, 2022. p. 401–423.

- SOUZA, Fabiana Mendes de. *Discretos e declarados: uma etnografia da vida dos homossexuais em Maputo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- STOLER, Ann Laura. *Race and the education of desire: Foucault's history of sexuality and the colonial order of things*. Durham: Duke University Press, 1995.
- TIMBANA, António Martins. *De “Maria-rapaz” à lésbicas: trajetórias identitárias de mulheres que fazem sexo com outras mulheres*. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.
- TUSHABE, Caroline. Decolonizing homosexuality in Uganda as a human rights process. *In: FALOLA, Toyin; AMPONSAH, Nana Akua (Eds.). Women, Gender, and Sexualities in Africa*, p. 147-154. Durham: Carolina Academic Press, 2013.